

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 26313163/2025 - SEINFRA.UBP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Contratação de empresa especializada para: execução de Pavimentação Asfáltica da Rua Anêmonas, localizada no bairro Fátima, com 1.278,00 metros de extensão, Rua Esteves Júnior, localizada no bairro Guanabara, com 346,02 metros de extensão e Rua Santo Agostinho, localizada no bairro Guanabara, com 226,02 metros de extensão, execução de Pavimentação Asfáltica da Ponte Anêmonas com 173,31 metros de extensão, execução de Pavimentação em Paver da Rua Guilhon Ribeiro, trecho não pavimentado, localizada no bairro Guanabara, com 346,00 metros de extensão.

Serão contratados todos os serviços de infraestrutura: drenagem pluvial, reforço dos bordos, sub-base, base, execução da imprimação, pintura de ligação, camada asfáltica em CAUQ, pavimentação em paver, serviços complementares: calçada em concreto, regularização de passeio, muro de contenção, guia de concreto (meio-fio), boca de lobo em passeio e sinalização viária vertical e horizontal.

A pavimentação asfáltica/paver promoverá a continuidade e interligação da malha viária, proporcionará a urbanização da região, promoverá a valorização imobiliária, garantirá conforto e acessibilidade aos transeuntes da via, beneficiará o sistema viário da região e contribuirá com a melhoria da qualidade de vida dos moradores e usuários da malha viária local.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual do Município de Joinville, Quadriênio 2022 - 2025 - Processo 21.0.187194-1, alterada pela Lei nº 9.716, de 06 de setembro de 2024 - (Sei 0022719216) - Anexo II - Valores por Unidades Orçamentárias, Ações e Metas (0022399582), **ação correspondente: 1.3061 - Obras de pavimentação - SEINFRA.**

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

* Trata-se de obra comum de engenharia;

* Deve ser contratado empresa especializada em obras de pavimentação, com a comprovação por meio de capacidade técnico-profissional e capacidade técnico-operacional;

* Pode ser realizada a subcontratação dos serviços de drenagem, pavimentação em paver, sinalização horizontal (pinturas) e vertical (como suportes e placas), execução de serviços de obras complementares (como execução de passeios, paisagismo e acabamentos);

* Pode ser contratado consórcio entre empresas que possuam capacidade técnico-profissional e capacidade técnico-operacional;

* Ainda, para a obra essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

Garantia adicional para o caso do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021;

Garantia nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, cujo percentual indicado é de 10% diante da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Tais requisitos (comprovação de execução anterior na subcontratação e garantias), são necessários diante da complexidade técnica da obra qual envolve mais de uma disciplina que deverão possuir compatibilidade entre si, interferindo diretamente na solidez e viabilidade da obra.

Com relação ao cumprimento do cronograma executivo com a conclusão da obra no prazo previsto e com a qualidade esperada, essa equipe técnica propõe que sejam elencados os critérios de níveis mínimos de produtividade, os quais devem compor os anexos do Edital.

Tais exigências são necessárias considerando a complexidade da obra, e que em não sendo devidamente executados por empresas especializadas com a necessária expertise técnica e experiência poderá comprometer a solidez e a durabilidade da obra, com possíveis patologias no pavimento, nas calçadas, erosões na drenagem entre outras.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para a presente contratação, a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando-se as peças técnicas dos projetos executivos, com aproximadamente 16.946,00 m² de obra.

A quantidade estimada está demonstrada nas **Memórias de Cálculos** 25431450, 25431479, 25431501, 25622995 e 25431592 que foram baseadas nos projetos executivos autuados no processo.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para justificar a utilização ou não de um determinado método construtivo entre todas as opções no mercado, demandaria a execução de projetos executivos e suas memórias de cálculos para fazer a estimativa de valor. O técnico quando elabora o projeto executivo já analisa a solução técnica mais viável para execução do serviço com base nas obras anteriores.

Após análises técnicas com métodos executivos presentes no mercado local, os métodos construtivos adotados foram pavimentação em paver e asfalto, drenagem com tubos de concreto, sinalização com pintura termoplástica e calçada em concreto armado, visualizando o atendimento a mão de obra local especializada e materiais disponíveis na cidade, pois foi analisado na solução técnica o impacto na produtividade e prazo de execução da obra.

Quanto a parte financeira, informamos que o investimento é oriundo do Contrato de Empréstimo nº 3410/OC-BR (BR-L1405) - Projeto Viva Cidade 2

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo. Os mesmos foram baseados na tabela SINAPI e SICRO.

Estima-se o valor de R\$ 23.212.312,53 (Vinte e três milhões, duzentos e doze mil, trezentos e doze reais e cinquenta e três centavos).

A obra será custeada com recurso do Contrato de Empréstimo firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. O cronograma de execução desta contratação (15 meses) está em consonância com o Projeto Viva Cidade 2, cujo prazo de desembolsos finaliza em 01/02/2027. No entanto, caso o prazo de execução ultrapasse o prazo de desembolsos do Projeto Viva Cidade 2, o Município poderá manter a execução e, para isso, está previsto neste processo a Requisição de Compras, considerando fonte de recursos próprios.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Foram adotados os seguintes métodos construtivos, visualizados pelos responsáveis técnicos como solução técnica que mais atende a obra em questão.

- Pavimentação em asfalto e paver na via;
- Execução de drenagem com tubos em concreto, material esse de alta resistência e estoque para manutenção nas Unidades Regionais de Obras;
- Para sinalização horizontal foi adotado pintura com termoplástico por aspersão e extrusão;
- Para calçada foi adotado concreto armado.

As soluções técnicas de toda a obra, foram baseadas nos contratos de manutenção que a Secretaria de Infraestrutura Urbana possui, como a exemplo, o fornecimento de tubos de concreto, pavimentação em asfalto, entre outros. Importante salientar que em caso de necessidade de manutenção decorrente de eventual falha na execução, ficará a cargo da contratada sem nenhum ônus à administração pública.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O processo de contratação deverá se realizar por uma única licitação com todo o objeto adjudicado a um único licitante, as ruas são próximas uma das outras o que poderia ocasionar um retrabalho em uma das vias caso fossem licitadas separadas. Justificando assim, o agrupamento para ter funcionalidade técnica e econômica, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica do objeto, caso necessário.

A obra é composta de serviços diversos como: pavimentações, drenagem, muro de contenção,
Estudo Técnico Preliminar - ETP 26313163 SEI 24.0.248246-4 / pg. 2

sinalização viária. Considerando que são muitas especificidades, para sua perfeita execução, os serviços deverão ser prestados por empresas especializadas.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

No âmbito do melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, informamos que o projeto utiliza métodos construtivos como: pavimentação em paver, asfalto, drenagem com tubos de concreto, sinalização com pintura termoplástica e calçada em concreto armado já utilizados em várias outros contratos da Prefeitura, obtendo assim mão de obra especializada e materiais disponíveis na cidade de Joinville, não impactando na produtividade da obra e prazo de entrega.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Quanto a equipe técnica de fiscalização, a Secretaria de Infraestrutura Urbana possui engenheiros com experiências técnicas na execução dos serviços a serem contratados. Esta secretaria também conta com equipamentos e software para emissão e análise dos projetos, bem como as demais secretarias e unidades que dão suporte a gestão contratual deste tipo de objeto/contrato. Diante do exposto acima, não será necessário a adoção de providências adicionais pela administração previamente a celebração do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Encontra-se em edital 326/2024 a contratação da execução da Ponte Anêmonas SEI 0021298786 que liga a Rua Esteves Júnior e Rua Anêmonas, objeto dessa requisição, permitindo a implantação de um binário entre estas ruas e a rua Guanabara.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A obra não ocasionará impactos ambientais significativos, uma vez que, atualmente as vias já se encontram consolidadas.

A contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

- Análise de Risco

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se que o risco é raro, uma vez que trata-se de estrada de baixo tráfego;

b) análise de riscos - Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado;

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Baixo;

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de aceitar, não há necessidade de adotar quaisquer medidas.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Atende	Não atende	Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração,	x		

em curto, médio e longo prazo?			
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe de Planejamento entende que a solução apresentada para a Pavimentação da Rua Anêmonas, Rua Esteves Júnior, Rua Santo Agostinho, Ponte Anêmonas e Rua Guilhon Ribeiro é viável, cumprindo com o objetivo de trazer maior desenvolvimento para a cidade, beneficiando o sistema viário da região e contribuindo com a melhoria da qualidade de vida dos moradores e usuários da malha viária local.

Ainda, a solução técnica apresentada mostra-se adequada para a contratação, uma vez que são processos convencionais já utilizados na cidade de Joinville e que dispõe de mão de obra local especializada e materiais disponíveis no mercado.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cristina de Moraes Silva, Coordenador(a)**, em 04/08/2025, às 16:16, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Shana Roesler Paiva, Diretor (a) Executivo (a)**, em 04/08/2025, às 16:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Correia de Sa, Secretário (a)**, em 04/08/2025, às 16:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **26313163** e o código CRC **DE0AD9EA**.

Rua Saguazu, 265 - Bairro Saguazu - CEP 89221-010 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br